

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE****SUBSECRETARIA DE POLITICAS DE AÇÕES DE SAÚDE****NOTA INFORMATIVA SES/SUBPAS-SAPS-DPS 1361/2020**

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

NOTA INFORMATIVA Nº 1361/2020**ÁREA RESPONSÁVEL: DIRETORIA DE PROMOÇÃO À SAÚDE****ASSUNTO: Divulgação da Portaria Nº 2027, de 07 de agosto de 2020, que altera a Portaria Nº 1857, de 28 de julho de 2020****CONTEÚDO DA NOTA INFORMATIVA:**

Considerando o cenário atual da pandemia pelo novo coronavírus, em que as escolas cumprem importante papel na redução da propagação de doenças, ao proporcionar ambientes de aprendizado seguros e saudáveis, devendo estar preparadas para prevenir a transmissão do Sars-CoV-2;

Considerando que a escola é um espaço de promoção da saúde e prevenção de doenças e amplia o conceito de saúde na perspectiva de ação intersetorial, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) a principal interlocutora com a educação, com responsabilidade com o território e sua população de forma permanente, incluindo a comunidade escolar e o compromisso constante da APS com o cuidado integral à saúde do escolar;

Considerando a Portaria Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios destinado para as ações de promoção da saúde e prevenção à Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino;

Essa presente Nota Informativa trata da divulgação da **PORTARIA Nº 2.027, DE 7 DE AGOSTO DE 2020, que Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (COVID-19);**

A Portaria vigente trouxe que "O incentivo financeiro de que trata essa portaria, deve ser aplicado para ações de promoção da saúde e prevenção à COVID-19, conforme as normativas que regem a utilização dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde, orientações do Ministério da Saúde para enfrentamento à COVID-19 e as diretrizes do Programa Saúde na Escola." Trata-se de um recurso de custeio e se **direciona à todos os municípios, para todas as escolas da rede básica pública de ensino**, sejam essas municipais, estaduais ou federais, contemplando creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, **independente de serem aderidos ao Programa Saúde na Escola**. O critério utilizado para cálculo do incentivo foram elencadas todas as escolas públicas da rede básica de ensino, conforme o Censo Escolar 2017 do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a metade dos estudantes matriculados.

Para a utilização do recurso deve-se envolver os **Grupos de Trabalho Intersectoriais Municipais (GTI-M) para municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola (PSE)**, ou em outro **espaço conjunto com a educação nos casos dos municípios não aderidos ao PSE**. Assim, o planejamento das ações a serem desenvolvidas, compra, armazenamento, distribuição e consumo de quaisquer materiais adquiridos deve ser realizado de forma articulada entre os setores da Saúde e Educação. E de início imediato, sem a necessidade de aguarda a reabertura das escolas.

O recurso já foi transferido do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde (ação de enfrentamento da Emergência em Saúde - Crédito Extraordinário). Dessa forma, a gestão do incentivo é do fundo municipal de saúde e a sua aplicação deve seguir as legislações vigentes e estar contemplados nos instrumentos de gestão previstos (PAS, Plano de Enfrentamento ao COVID-19 e RAG).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

Nayara Resende Pena

Coordenadoria de Programas de Promoção da Saúde e Controle do Tabagismo

Daniela Souzalima Campos

Diretoria de Promoção à Saúde

Daniele Lopes Leal

Superintendência de Atenção Primária à Saúde

Marcílio Dias Magalhães

Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Souzalima Campos, Diretor(a)**, em 12/08/2020, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcílio Dias Magalhães, Subsecretário(a)**, em 13/08/2020, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Leal, Superintendente**, em 13/08/2020, às



15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Resende Pena, Coordenador(a)**, em 13/08/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18143689** e o código CRC **663612C3**.

Referência: Processo nº 1320.01.0082399/2020-20

SEI nº 18143689